



8 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 16 de novembro de 2022

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Na segunda-feira	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,81% São Paulo	113.580	R\$ 1.212	R\$ 5,210 (- 0,64%)	R\$ 5,482	13,65%	13,66%	Junho/2022 0,67 Julho/2022 -0,68 Agosto/2022 -0,36 Setembro/2022 -0,29 Outubro/2022 0,59
0,63% Nova York	8/11 9/11 11/11 14/11		Últimos 7/novembro 5,173 8/novembro 5,144 9/novembro 5,182 11/novembro 5,333				

CRÉDITO

Para Aras, consignado do Auxílio Brasil é ilegal

Em resposta à ação do PDT contra a modalidade de empréstimo para população vulnerável, PGR vê risco de superendividamento

» FERNANDA STRICKLAND
» LUANA PATRIOLINO

O procurador-geral da República, Augusto Aras, afirmou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que a lei que libera o empréstimo consignado para beneficiários do Auxílio Brasil e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) é inconstitucional. A cinco dias do segundo turno das eleições, o presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição, regulamentou a Lei 14.431/2022 por meio de portaria publicada no *Diário Oficial da União*.

Para a PGR, ao permitir que um grupo de vulnerabilidade econômica comprometa um percentual importante de sua renda mensal, abre-se um precedente para o "superendividamento" das famílias. Segundo Aras, a lei

viola princípios constitucionais de dignidade da pessoa humana e de defesa do consumidor.

A manifestação se refere a uma ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo PDT. O processo está sob relatoria do ministro do STF Kassio Nunes Marques. No pedido, a agremiação alega que a lei oferece potenciais danos à população menos favorecida: idosos, pessoas com deficiência e famílias em situação de miséria.

O procurador-geral afirmou ainda que a Suprema Corte já decidiu que o princípio da livre iniciativa não proíbe o Estado de atuar para garantir o alcance de objetivos indispensáveis para a manutenção da coesão social. "O que fez a lei impugnada, ao aumentar os limites para (ou possibilitar) a contratação de empréstimos com pagamento

descontado em folha pelo INSS ou pela União, foi retirar uma camada de proteção a direitos da população hipossuficiente", escreveu o PGR.

Crise econômica

Na avaliação de Augusto Aras, no cenário de grave crise econômica e social, por conta da pandemia de covid-19 e da guerra na Ucrânia, por exemplo, essa parcela da população brasileira fica ainda mais vulnerável às instituições financeiras credoras.

O valor máximo que poderia ser contratado seria aquele em que as parcelas comprometessem até 40% do valor mensal do benefício. Contudo, em vez de ser considerado o valor mínimo atual do benefício (R\$ 600), que só vale até dezembro, a referência deve ser o valor original de R\$ 400. Assim, a parcela não poderia ultrapassar R\$ 160.

No entanto, o Consignado Auxílio, lançado em 11 de outubro, foi suspenso pela primeira vez entre 21 e 24 de outubro, pela Caixa. Depois, a instituição suspendeu o empréstimo consignado para beneficiários do Auxílio Brasil até 14 de novembro. De acordo com a Caixa, a suspensão foi causada pelo processamento da folha de pagamento do Auxílio Brasil, operação que envolve também a Dataprev e o Ministério da Cidadania.

Após permanecer suspensa por duas semanas, a contratação de empréstimo consignado para beneficiários do programa e renda mínima voltou a ser liberada pela Caixa Econômica Federal no início desta semana. O consignado estava suspenso desde o dia 1º de novembro e, conforme anunciado no primeiro dia deste mês, volta a operar hoje pela manhã.

Antonio Augusto/Secom/PGR



Para Augusto Aras, empréstimo da Caixa agrava superendividamento

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

« Pêrsio Arida ter defendido com vigor as reformas administrativa e tributária é um bom sinal para o país »

Stuhlberger: "Está todo mundo chocado com Lula"

Luis Stuhlberger, fundador da Verde Asset e uma das referências do mercado financeiro brasileiro, traduziu a insatisfação do setor com os primeiros passos do futuro governo. Em evento promovido pela EQI Investimentos, Stuhlberger foi incisivo nas críticas. "Está todo mundo chocado com os últimos discursos, porque era esperado um Lula moderado", disse. O principal incômodo é o fato de o próximo presidente ter dito que poderia deixar de lado o teto de gastos para priorizar a PEC da Transição.



Mercado pet avança, mas há espaço para mais crescimento

Poucos setores são tão promissores no Brasil quanto o varejo pet. Em 2022, movimentará R\$ 59,9 bilhões, um aumento de 15,8% em relação a 2021. Há espaço para crescer no comércio eletrônico. A participação das vendas on-line no faturamento do segmento não chega a 10% — nos Estados Unidos, o índice é de 20%. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (Abinpet), o Brasil tem a terceira maior população de animais domésticos do mundo.

Meirelles e Arida defendem responsabilidade fiscal e reformas



A Brazil Conference, evento do Grupo de Líderes Empresariais (Lide) realizado em Nova York, reuniu alguns dos pesos-pesados da área econômica que declararam apoio a Lula durante a campanha presidencial. Henrique Meirelles, que parece ter perdido a esperança de liderar o Ministério da Fazenda no próximo governo, detalhou o que pensa sobre o aumento sem freio dos gastos públicos. "Temos um problema no Orçamento em relação às receitas e despesas futuras", disse ele. "A proposta para extrapolar o teto e garantir o auxílio é necessária, mas a licença para gastar precisa ter um limite." Mesmo em tom ameno, Meirelles deixou claro que é preciso encontrar algum mecanismo de contenção da gastança pública. No mesmo encontro, Pêrsio Arida, que integra a equipe de transição na economia, ressaltou que as políticas fiscal e social devem andar de mãos dadas. Mais revelador foi o fato de Arida ter defendido com vigor as reformas administrativa e tributária. É um bom sinal para o país.

Brasil ignora agenda da inovação

A agenda da inovação tem sido historicamente ignorada pelos governantes brasileiros e, pelo menos por enquanto, não parece ser tratada como prioridade pelo futuro presidente. Há enorme defasagem nesse campo. As nações que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) investem, em média, pouco mais de 2% do PIB em P&D, enquanto, no Brasil, o índice é de 1,27%. A inovação é vital para o aumento da competitividade — e, portanto, para o progresso do país

US\$ 10,6 BILHÕES

foi quanto as filiais no exterior enviaram a suas matrizes no Brasil entre julho e setembro. Trata-se do maior valor desde 2016 e o primeiro saldo positivo após cinco trimestres. Os dados são do Banco Central

Arthur Menescal/Esp. CB/D.A. Press



O novo modelo de crescimento do Brasil terá, necessariamente, de ser liderado pelo setor privado. O modelo de investimento público colapsou e não adianta insistir nisso"

Isaac Sidney, presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban)

RAPIDINHAS

» O grupo suíço Nestlé inaugurou o seu primeiro centro de pesquisa e desenvolvimento na América Latina. Localizado em Santiago, no Chile, ele funcionará como um hub de inovação. A ideia é realizar parcerias com startups, fundos de investimento e o meio acadêmico para desenvolver, principalmente, produtos na área de alimentos.

» Os marketplaces avançam na indústria financeira. Há alguns dias, o Itaú Unibanco lançou o Itaú Shop, plataforma de venda de produtos e serviços integrada aos aplicativos do banco. O espaço vende enorme variedade de produtos — de roupas a livros, de eletrônicos a móveis, entre outros — e destina-se a todos os clientes do Itaú.

» A massa falida da fabricante de suplementos nutricionais Nutrilatina irá a leilão em 18 de novembro. O pregão inclui um prédio comercial, veículos, maquinários, mobília de escritório e equipamentos de informática. Conforme determinação da Justiça, os recursos serão destinados para o pagamento de dívidas que chegam a R\$ 200 milhões.

» O Cainiao, braço de logística do e-commerce chinês Alibaba, tem planos ambiciosos para o Brasil. A meta é inaugurar nove centros de distribuição no país nos próximos três anos. Além disso, pretende instalar mil armários inteligentes em dez cidades brasileiras para servirem como entrega e retirada de pacotes.